



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

| SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE A CRIAÇÃO DA LEI GERAL DA AVIAÇÃO CIVIL | | |
|--|-------------------|-----------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 1370/07 | DATA: 29/8/2007 |
| INÍCIO: 15h39min | TÉRMINO: 16h29min | DURAÇÃO: 50min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 51min | PÁGINAS: 19 | QUARTOS: 11 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão sobre o roteiro de trabalho da Subcomissão.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Especial da CPI - Crise do Tráfego Aéreo, para propor matéria legislativa que verse sobre a criação da Lei Geral da Aviação Civil em substituição à Lei de nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que estabelece o Código Brasileiro de Aeronáutica. Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 1ª reunião, e eu pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida Ata.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Dispensada a leitura da Ata, coloco-a em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do dia.

A nossa finalidade, agora, seria aprovar o roteiro dos trabalhos e de planejar as nossas ações, estabelecendo critérios e prioridades para os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Subcomissão.

Inicialmente, eu passarei a palavra ao Relator, Deputado Pepe Vargas, para abrir este debate, e, em seguida, darei a palavra aos demais membros desta Subcomissão. Com a palavra o Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas presentes nesta reunião, eu creio que nós teríamos, até pela exigüidade do tempo, de definir — vou usar aqui uma redundância — definitivamente o nosso calendário de atividades, porque, se não, a gente vai perder tempo precioso, que não conseguirá ser recuperado adiante. Eu havia, depois de algumas conversas com vários companheiros aqui da Comissão, apresentado uma proposta de roteiro, que, depois, foi agregada também à reunião de ontem com sugestões de outros colegas, membros desta Comissão. A proposta, basicamente, era a seguinte: realizarmos do dia 28, então, desde ontem, até o dia 11, algumas audiências públicas, convidando para essas audiências públicas, que têm um caráter distinto das oitivas que a Comissão Parlamentar de Inquérito em seu plenário maior realiza, porque lá nós realizamos oitivas de testemunhas. Nós temos aqui condições de



realizar um trabalho de forma diferenciada, sem que seja uma oitiva de uma testemunha. Na realidade, seriam pessoas, personalidades, representantes de entidades, pesquisadores, estudiosos, enfim, pessoas que sejam representantes de instituições de categorias econômicas de órgãos governamentais, de institutos de estudos na área da aviação, enfim, na área do Direito Econômico, na área do Direito Econômico, na área do Direito do Consumidor.

Nós teríamos como convidar essas instituições, para que essas pessoas possam nos dar subsídios, onde a gente possa recolher informações e subsídios sobre a matéria-objeto desta Subcomissão. Então, até o dia 11 de setembro, nós teríamos que realizar essas audiências. Por que até o dia 11? Porque depois nós poderíamos, do dia 11 até o dia 13, portanto dias 11, 12 e 13, realizar algumas reuniões de trabalho, internas, só dos Deputados membros da Subcomissão, para já formatar, então, uma proposta de relatório desta Subcomissão, para que, até o dia 18, a gente entregue ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. Por quê? Porque, no calendário da Comissão Parlamentar de Inquérito, dia 18 nós acordamos que o Relator entregaria o seu relatório. Então, isso já implicaria nós conversarmos com o Relator, para que ele postergue a entrega, não para o dia 18, talvez para o dia 20, alguma coisa do gênero. Depois, sobrarão 10 dias apenas para o conjunto da CPI fazer a apreciação do conjunto do relatório do Deputado Marco Maia.

Então, se nós aprovarmos este cronograma, digamos, eu vou continuar mantendo, embora o dia 28 já passou, do dia 28 até o dia 11, até o dia 10, na realidade, a realização dessas audiências, nós teríamos dias 11, 12 e 13 para a realização de reuniões de trabalho, para a sistematização das propostas apresentadas. Sobrariam, a partir do dia 13, alguns dias para a gente fazer um relatório. Aí, nos dias 17, 18, por ali, eu poderia apresentar, então, o relatório, nós apreciarmos esse relatório aqui, no âmbito da Subcomissão, se aprovado, encaminharmos ao Relator-Geral.

Nós formulamos também uma proposta a partir das conversas, dos debates que tivemos ontem na reunião de instalação desta Subcomissão, e hoje pela manhã, quando nós já apresentamos um requerimento para a realização das audiências públicas, uma proposta. Há uma questão — se eu estiver incorrendo em algum erro regimental, peço que o Presidente me corrija, que a nossa Secretaria me corrija —:



não há nenhum óbice que a gente faça um convite para essas instituições virem aqui, em audiência pública, apresentar sugestões e propostas. Para isso, não haveria necessidade de ter um requerimento formalmente votado na Comissão, porque nós, aqui, sob esse ponto de vista de requerimentos, não temos prerrogativa de, na Subcomissão, aprovar; tem-se que aprovar lá no Plenário da Comissão. Entretanto, se qualquer uma das instituições que nós convidarmos necessitar de a Câmara dos Deputados realizar alguma despesa, como, por exemplo, uma passagem aérea, para viabilizar a vinda de alguém, aí nós precisamos aprovação do Plenário da Comissão como um todo. Nós não conseguimos sucesso no nosso requerimento extrapauta para conseguir aprovar. Na realidade, foi bem-sucedido, na medida em que ele, formulado hoje, com as assinaturas necessárias, foi aceito...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - ... para inclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) -... pelo Presidente Marcelo Castro. Porém, por falta... Houve uma verificação n votação e, por falta de *quorum*, a sessão caiu. Portanto, não houve tempo hábil para apreciar este requerimento. Então, ele não está prejudicado, em absoluto. Eu diria até que ele conta com o apoio de todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sem dúvida. Só que, sob o ponto de vista prático, se a gente, para realizar, digamos, na próxima semana, algumas audiências, tivermos que fornecer uma passagem aérea par alguém, a Câmara dos Deputados não poderá realizar essa despesa por não haver o procedimento formal adotado no âmbito da CPI. Porém, eu creio, Sr. Presidente e demais colegas, que é possível nós priorizarmos, digamos até a próxima reunião que vota requerimentos, que deverá ser terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Amanhã.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Amanhã. Ela já está inclusa na pauta. Por ter sido inclusa na pauta de hoje, ela já consta... esta programação...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - A que horas será a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Às 9 horas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Às 9 horas. Então, nós poderíamos deixar já para a semana que vem a primeira audiência e, aí, só reorganizar o



calendário. Nós tínhamos proposto, na proposta original, que na quinta-feira a gente fizesse a primeira audiência pública. Como teremos reunião da CPI como um todo, para votação de requerimentos, está fora de cogitação fazer quinta-feira, então. Então, nós poderíamos, talvez, fazer terça-feira que vem, às 9 horas — não sei se o horário é bom, enfim, depois podemos ver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Ou, excepcionalmente, até por ser a semana próxima uma semana de feriado, embora nós estejamos aqui, todos nós, até porque, já aproveitando a oportunidade, foi feita uma solicitação pública, ontem, de audiência com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que já está confirmada para o dia 6, à tarde, onde nós lá estaremos para obter, nobre Relator, subsídios, aqueles que o Ministério queira nos repassar.

Eu faria uma proposta ao Relator da seguinte matéria: além da programação das oitivas, nós poderíamos comunicar imediatamente a constituição oficial desta Subcomissão, o seu propósito, os seus membros, telefones para contato, para todas as autoridades e instituições estabelecidas, notadamente Força Aérea, ANAC, INFRAERO, as companhias aéreas brasileiras, todas elas,

Eu proponho ao Relator, caso haja a concordância do Vice-Presidente e dos demais membros, que inclua a OAB, os sindicatos que atuam nessa matéria, o Ministro da Defesa, naturalmente, os familiares, as diversas representações — no caso dos acidentes da Gol e da TAM, mais de 2 até. E também, se já não for esse o procedimento da Casa, informar ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal que estamos aptos a receber.

Acho que a data de 11 de setembro foi uma escolha feliz. Porém, talvez, poderíamos recebê-los no dia 12 de setembro, uma quarta-feira, em horários programados, talvez de hora em hora. Nós enviaríamos uma correspondência comunicando a existência da Subcomissão e solicitando contribuições e sugestões a essas entidades para o trabalho da CPI. Caso quieram nos entregar, pessoalmente ou formalmente, poderemos reservar um horário, ao longo dessa quarta-feira, para receber essas entidades, na presença dos seus representantes legais ou de quem queira se fazer presente. Outrossim, podemos dar a cada um deles a oportunidade de explicar por que acha que determinada modificação deve ser realizada. Esse



procedimento, somado às oitivas, talvez possa nos dar o subsídio legal de que precisamos para ter representatividade no nosso trabalho.

Essa é a minha sugestão, no sentido de que o trabalho seja realizado nos dias 12 e 13, mas lembro que nosso compromisso agora é com essa matéria — não menos com aquela, mas o foco exclusivo será esta atividade.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Perfeito. O Presidente sugeriu: INFRAERO, ANAC, Comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação das Vítimas dos Acidentes. Poderíamos incluir os PROCONs de todos os Estados da Federação, onde eles existem, e as entidades que estão listadas no requerimento, que são, entre outros órgãos públicos: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e Políticas Públicas em Transporte Aéreo, Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Associação Brasileira de Empresas de Transportes Aéreos Regionais, ABAV — Associação Brasileira das Agências de Viagem, Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, Associação Brasileira de Turismo Receptivo e Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo.

Pelo que entendi, o Presidente sugere que, nesse ofício, coloque-se que a Comissão está aberta ao recebimento de sugestões, propostas, avaliações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - A sugestão é essa, em função do pouco tempo que temos, em função de na próxima semana haver um feriado e, partindo da premissa, que todos aqueles atores desse segmento já sabem ou já têm uma noção, se não precisa, aproximada do que desejam, no que diz respeito ao novo marco legal para esse setor.

Então, imaginando que isso já esteja de alguma forma pronto, cabe-nos agora fazer o convite, dizer que estamos prontos a receber as informações e trabalhar com elas.

Com a palavra o Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - A minha sugestão vai um pouco na linha do que foi discutido na primeira reunião: precisamos definir o que é de curto prazo ou emergencial. Nesse quesito, nós vimos ontem — V.Exa. estava presente — o interesse do Ministro da Defesa. Imediatamente tomou conhecimento e quis



conversar conosco. Sem dúvida nenhuma — ele disse isso para a bancada mineira, quando estivemos lá —, S.Exa. tem uma série de sugestões de modificações legislativas que precisam ser feitas.

Então, eu acredito que o que for de caráter emergencial ou de curto prazo virá do Ministro da Defesa, em razão de tudo o que S.Exa. já identificou, do que pensa propor, modificar etc.

Em relação ao CONAC, ao COTAER e à ANAC, a agência reguladora, essas são questões que precisam constar como proposta legislativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Num segundo momento, o que não quer dizer que deixemos para depois, vem essa discussão sobre a Lei Geral da Aviação Civil. Ela terá que existir. Teremos que discuti-la e ela vai acontecer num prazo de 6 meses, 8 meses, 1 ano, como for, e não é mau que se faça uma discussão bem prolongada.

Esses entes que vão saber disso precisam ser também informados de que pretendemos que essa discussão continue. A proposta da CPI é criar uma Comissão Especial para continuar discutindo isso. É claro que não vamos conseguir fazer isso agora.

Um terceiro ponto, que vejo como fundamental, é que possamos contar com um grupo de assessores — a Secretaria poderia sugerir 2, 3 ou 4 —, que conosco iriam se debruçar sobre toda essa legislação que há na Casa e no Senado e tentar fazer uma síntese, para que possamos estabelecer o que é fundamental e o que é menos importante. Tudo o que disser respeito à Lei Geral da Aviação Civil, podemos deixar para essa Comissão Especial. Por exemplo — é minha convicção e me permito fazer essa afirmação —, discutir se vamos ou não vamos desmilitarizar o controle de vôo. Isso já está na pauta nacional, e é desejável que esteja. Para fazermos isso, no entanto, precisaremos retomar o que existe na Casa em termos de criação da profissão de controlador de tráfego aéreo. Há uma quantidade imensa de controladores civis — independentemente da desmilitarização ou não, eles já existem, mas não como profissão. Isso deve ter caráter emergencial, pelo que percebo.

A questão da desmilitarização pode ser iniciada agora e continuar depois, se nós estamos falando em elevar o nível.



Acabo de receber — não as vou repassar oficialmente — denúncias de que o Brasil estaria correndo riscos — por isso não quero falar nada, vou-me acercar disso —, de inspeções que a OACI e a FAA teriam feito no Brasil e que não foram atendidas. Ou seja, a preocupação que deve ter esta Subcomissão — e ela tem esse papel — é apontar os caminhos que vão-nos dar segurança. Quem sabe até seja um fator que desmotive aqueles que estão pensando em, de alguma forma, punir o País ou não saberem que há um caminho sendo seguido no sentido de corrigir essas distorções.

Então, o que eu proponho é que tenhamos aqui uma discussão sobre o que é fundamental e emergencial. Noção disso eu tenho, como cada Deputado, mas acho que, partindo do Ministro da Defesa, facilitará, porque ele está debruçado sobre isso e é o que ele quer fazer neste Governo que está aqui. Vai ficar difícil qualquer coisa muito diferente disso. Nós podemos ponderar com ele sobre essa questão.

Em outro momento, mais emergencial ainda, com relação a essa matéria que já se encontra em tramitação na Casa, com um grupo de técnicos, é fazer uma seleção e propor ou pedir que seja instalada essa Comissão Especial. Isso é fundamental para o futuro da aviação no Brasil e para segurança da nossa população.

Acho que a CPI se sairá muito bem nisso, não acabará em “pizza”, mas em soluções objetivas. Se não me engano, tudo o que sair no relatório da CPI deve ser colocado na pauta do plenário em 2 sessões subseqüentes. Isso é um ganho extraordinário e dará a celeridade de que o Ministro da Justiça e o Governo precisam.

Se pudermos incluir essa questão do controlador de voo, sem necessariamente termos de discutir agora a desmilitarização, daremos o primeiro passo nessa direção que, inexoravelmente, virá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Agradeço ao Deputado Miguel Martini a lembrança e a sugestão.

À minha esquerda está o Dr. Francisco Diniz, Secretário desta Subcomissão. Também está presente, já respondendo à pergunta do Deputado Miguel Martini, o Dr. Eduardo, assessor destacado para nos dar apoio, que já está acompanhando os trabalhos desta Subcomissão.



Lembro a V.Exas. o que diz o art. 31 do Regimento Interno:

Art. 31. A matéria apreciada em Subcomissão Permanente ou Especial ou por Turma concluirá por um relatório, sujeito à deliberação do Plenário da respectiva Comissão.

Portanto, assim que concluirmos os nossos trabalhos — esclareço a todos os demais, por respeito à forma —, eles também serão objeto da avaliação de todos os membros da CPI.

Com a palavra o Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eduardo, sugiro que se faça um trabalho com esses projetos de lei e que possamos, o mais rapidamente possível, ver que propostas temos, como podemos sistematizá-las, o que podemos aproveitar ou não. Mas, que isso seja feito em caráter emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Peço à assessoria que imediatamente consolide os 15 projetos de leis já existentes na Câmara dos Deputados com os 7 projetos de leis já existentes no Senado Federal.

Talvez possamos discutir nosso cronograma, partindo do final, ou seja, dia 18 de setembro, terça-feira, data em que o Relator Marco Maia provavelmente oferecerá seu parecer para exame dos membros da Comissão. Se essa data for mantida, teremos até o dia 17, ou até antes, para apresentar ao Relator as propostas. Naturalmente, pelo que acabei de ler, não será S.Exa. quem avaliará, mas a Comissão. Provavelmente, vamos ter que apresentar numa quinta-feira, dia 13.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, se me permite, proponho que seja no dia 20, quinta-feira, e não na terça-feira, dia 18, em razão do fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Acolho a sugestão do Deputado Miguel Martini no sentido de que o nosso Relator consulte o Deputado Marco Maia sobre sua disposição de manter ou não a data, dia 18, porque, para nós, isso faz muita diferença.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu farei essa consulta, mas, para nós, não há saída, infelizmente. Semana que vem, nós vamos ter que fazer uma



concentrada, não tem jeito; do contrário, não vamos cumprir os prazos. O que estamos propondo de concentrada, se os colegas concordarem? Nós fazemos dia 4, que é uma terça-feira, às 9 horas da manhã. Nós faríamos uma audiência pública com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Dia 4, à tarde, terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Seriam conjuntas ou separadas?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Conjuntas, como não é depoimento... Seria como uma audiência pública normal de uma Comissão Permanente que a toda hora temos aqui, na Casa. Convencionamos dar 15 minutos, meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Para dar oportunidade. Nós temos membros da CPI que gostariam de estar aqui agora e só não estão porque estamos, concomitantemente, realizando a nossa audiência com aquela.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas o ônus de estar na Subcomissão é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Excelente. Eu só sugeriria, se possível — e eu concordo com V.Exa. —, que os horários sejam diferentes.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O drama é esse. É óbvio que a CPI, como um todo, está com os seus prazos estrangulados, e nós também o estamos. Então, eu creio que não haverá condições de fazermos um trabalho minimamente condizente se os integrantes da Subcomissão não a priorizarem na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu queria perguntar à Secretaria se o roteiro da semana que vem já está definido. Ainda não está definido.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Em não estando definido, façamos o nosso, pequemos; aliás, não pequemos nunca, mas vamos, pela nossa iniciativa, fazer...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu já estou sendo mais pragmático. Estou admitindo que, na semana que vem, nós, membros da Subcomissão, não nos reunamos no âmbito da CPI e priorizemos fazer essas audiências, do contrário não vai dar tempo. Vocês querem ver por quê? Dia 4 de setembro, de manhã, terça-feira



próxima, Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Dia 4 de setembro, terça-feira próxima, pela tarde, audiência pública com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e Políticas Públicas em Transporte Aéreo e o PROCON de São Paulo. Sugerimos o PROCON de São Paulo por ser o maior Estado, por ter maioria estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu sugeriria também, Relator, que, por estarmos em Brasília, convidássemos o PROCON de Brasília, até porque temos o CINDACTA I, tivemos situações também em Brasília, temos o CENIPA, enfim, é uma série de entidades que acho que...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ok. PROCON de Brasília, também. Depois, dia 5, quarta-feira, de manhã, Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Associação Brasileira de Empresas de Transportes Aéreos Regionais. Depois, dia 5 de setembro, quarta-feira à tarde, poderíamos ver com o Ministério da Defesa algum técnico que o Ministro nos indicasse, e algum técnico da ANAC. Não estou propondo que venha algum diretor da ANAC e nem o Ministro da Defesa, obviamente, mas alguém da área técnica deles que esteja fazendo estudos de legislação para debater conosco essa questão, alguém da INFRAERO e alguém do Comando da Aeronáutica. A Subcomissão faz o contato com o Ministro da Defesa, com o Presidente da ANAC, com o Presidente da INFRAERO, com o Comandante da Aeronáutica, para eles nos indicarem alguém que venha aqui para fazermos um debate sobre legislação.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Mas eu acredito que o Ministro da Defesa está se cercando...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Você prefere deixar o Ministério da Defesa fora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu acho que tem 2 movimentos de sabedoria, se me permite, aquelas situações em que ambos têm provável razão nos seus encaminhamentos. Por um lado, devemos dar a oportunidade formal a cada uma dessas entidades ou instituições de ser ouvidas, se quiserem, da maneira que quiserem, dentro da possibilidade do tempo. Isso deve ser concedido. Se isso será usado para defender a sua posição ou colaborar com a



transformação, aí é uma opção de quem vem participar dessa nossa conversa. Mas o que o Deputado Martini quis dizer — e eu compreendo — é que o Ministro da Defesa, por tudo o que ouviu, discutiu e percebeu, acha que já há movimentos possíveis de serem feitos, independente de acordo ou da possibilidade de aceite de quem quer que seja. Acho apenas, Deputado Martini, que até o dia 6, quando será realizada a audiência com o Ministro, porque S.Exa. vai ao Haiti, teremos um tempo precioso.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Quero propor o seguinte: considerando que a INFRAERO e o Comando da Aeronáutica são órgãos subordinados ao Ministro da Defesa, que não realizemos uma audiência pública com a INFRAERO e o Comando da Aeronáutica. A rigor, no âmbito do Ministério da Defesa, vamos falar com o Ministro da Defesa. Que S.Exa., com seus comandados, seus subordinados, em que se incluem a INFRAERO e o Comando da Aeronáutica, *interna corporis*, se resolvam, em última instância. Já a ANAC, instituição que goza de certo grau de autonomia e independência, por ser órgão de Estado e não de Governo, e não deve subordinação direta ao Ministério da Defesa, mas tem de seguir as diretrizes do CONAC, poderia ser ouvida.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Cujo Presidente é o Ministro da Defesa... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - É, mas não podemos tratar a ANAC como um órgão subordinado ao Ministério da Defesa, porque não o é.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Está certo. A ANAC é diferente. Estou de acordo.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, faríamos uma reunião apenas com a ANAC. E talvez aí fosse o caso de ganharmos tempo: jogarmos alguém da ANAC com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, com a Secretaria de Direito Econômico.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sugiro que a ANAC seja ouvida depois de ouvirmos o Ministro da Defesa.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Nesse caso, haverá problema, porque o Ministro da Defesa só vai nos receber no dia 6. Sobrará apenas a semana seguinte,



do dia 11. Teremos apenas 3 dias — 11, 12 e 13 — para fechar preferencialmente um acordo entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Procurando o caminho do meio, o da virtude, quero dizer o seguinte: dia 6 vamos falar com o Ministro, segundo nos foi informado, à tarde — é quinta-feira, véspera de feriado —, e, Deputado Miguel Martini, acho que deveríamos usar o tempo até lá a favor do nosso trabalho, até porque ouvir a INFRAERO, a Força Aérea ou quem quer que seja não significa, em absoluto, que estamos validando ou concordando com aquilo que nos está sendo apresentado. Isso é um subsídio focado, exclusivo, inclusive num ambiente mais íntimo, eu diria, para poder encaminhar essa questão. Não vejo prejuízo em ouvir qualquer parte e ter um encontro com o Ministro, até já detentores da impressão que tivemos em relação à defesa que eventualmente for feita por qualquer uma dessas partes. Talvez até venha em benefício do nosso trabalho ouvir, conforme está propondo o Relator, incluindo novamente a INFRAERO e demais órgãos, para poder cotejar essas participações com a conversa que vamos ter com o Ministro. Portanto, não vejo, ainda...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Se me permite, Sr. Presidente, acho que poderíamos deixar de lado a INFRAERO e o Comando da Aeronáutica. Se ouvirmos os representantes do Comando da Aeronáutica e da INFRAERO e, depois, o Ministro, se S.Exa. tiver posição distinta, poderemos criar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Não vejo problema. Até em razão da autonomia e independência da nossa Casa, acho que enriquece a nossa capacidade de avaliação.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu não me oponho também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Não vejo problema em falar com quem quer que seja, até porque a decisão final será do Plenário da Comissão.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Se considerarmos 2 partes no processo, ou melhor, 3 — a parte do usuário, como ele sente isso, suas necessidades etc.; a parte daquele que gere o sistema, o Ministério da Defesa, etc.; e a parte dos órgãos do Governo —, talvez facilite nossa compreensão.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Se V.Exa. reparar, é um pouco do que está dito aqui.



O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É isso o que quero dizer.

Então, no primeiro momento, poderíamos nos dedicar às questões do Governo e do usuário e, no segundo momento, ficaria o final. Se dividirmos em 3, o final é a Defesa — aí vem Defesa; vem com INFRAERO, vem com...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - O drama é jogar isso no tempo. Insisto com isso. Se não fizermos a concentração semana que vem, como diz o ditado popular, “adeus, tia Chica”, porque, se fizermos audiências nos dias 11, 12 e 13, como é que a gente esquematiza um relatório depois?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Podemos fazer terça, quarta...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - E quinta, da semana que vem.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Terça e quarta; na quinta, o Ministério da Defesa.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Só que aí há um problema: colocamos a ANAC com quem?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Com o Ministério da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu gostaria de lembrar que a característica...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É um prestador de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu gostaria de lembrar que a característica das nossas oitivas, pelo menos no que depender desta Presidência, vai ser muito veloz, porque estamos avançados no trabalho da CPI, sob todos os aspectos. E, sejam os nossos interlocutores, seja a Comissão, vai fazer isso com rapidez. Então, se pudéssemos fazer tudo...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, então quero propor uma alteração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Se pudéssemos fazer tudo, Relator...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Semana que vem seria fantástico. E eu até acrescentaria. Acabei de recordar. Ontem também falávamos sobre o ponto de vista do usuário e do passageiro e, com relação aos direitos do consumidor aplicados a este tema, o Ministro Jobim lembrava o nome do Dr.



Benjamim, que seria um especialista que estaria apoiando o trabalho do Ministério no sentido da construção da adaptação de um código de defesa para o usuário. Poderíamos convidá-lo também, Relator.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas, então, olhe aqui, tentando jogar aqui no nosso cronograma: dia 4 de setembro, terça-feira, 9h da manhã, mantém-se a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; dia 4 de setembro, terça-feira, à tarde, 14h, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos e de Políticas Públicas em Transporte Aéreo, PROCON/São Paulo e PROCON/Brasília; dia 5 de setembro, quarta-feira, 9h da manhã, Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Associação Brasileira de Empresas de Transportes Aéreos Regionais; dia 5 de setembro, quarta-feira, à tarde, 14h, poderíamos trazer as entidades do *trade* turístico — ABAV nacional, ABIH, ABITUR e ABRAJET —; dia 6 de setembro, quinta-feira, de manhã, poderíamos fazer a ouvida da ANAC e, à tarde, vamos ter audiência com o Ministro da Defesa. Poderíamos combinar com o Ministro da Defesa que já trouxesse o corpo técnico que julgar adequado e necessário. Em vez de fazer uma audiência pública aqui com a presença do Ministério da Defesa, podemos fazer uma audiência lá mesmo, diretamente, onde eles nos forneçam os subsídios necessários. Aí, na semana que vem, teríamos feito todos os contatos com essas entidades: já teríamos enviado, ainda esta semana, de preferência, a correspondência a todas as entidades para pedir que, devido à exiguidade do tempo, nos encaminhe os materiais até o dia 10 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Na realidade, se essas...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - E daí, dias 11, 12 e 13 — terça, quarta e quinta —, faríamos as nossas reuniões internas de trabalho, para fechar o relatório, o que envolve conversa, para verificarmos o que cada um está pensando de tudo o que ouvimos, o que vamos consolidar ou não, ouvir a nossa Consultoria Legislativa, etc.; reservarmos esses 3 dias para esse trabalho, porque, terminado dia 13 — nós batendo, digamos assim, o martelo nos entendimentos que tivermos —, sobra o fim de semana para a gente trabalhar e fazer o relatório, para, então, no dia 17 ...



O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Vamos trabalhar com a hipótese do dia 20?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - ...— não, dia 17 é uma segunda-feira — , dia 18, pela manhã, estarmos com o relatório pronto, para os Deputados e Deputadas da Subcomissão analisarem esse relatório — aliás, não temos Deputadas na Subcomissão, só Deputados; temos, sim, a Solange Amaral — e nós, então, concluímos esse trabalho e fazemos a entrega desse material ao Relator, que vai incluí-lo no seu relatório final. E aí a CPI como um todo analisa o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Comentando rapidamente, Relator, acho muito bom, mas faço só um registro também premido pelo tempo. Eu não contaria com uma ampliação da possibilidade. Agora me dando conta também, acho que temos de estar prontos para apresentar à CPI, porque não entregamos mais uma vez pelo Regimento, e não entregaremos ao Relator; entregaremos fisicamente ao Relator, porém formalmente à CPI. No dia 18, provavelmente, entregaríamos para exame da CPI. Portanto, nosso trabalho tem de estar...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Pronto dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - ...concluso até o final de semana, no dia 16.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - E eu insistiria no seguinte, para exame: aqueles que quiserem enviar suas sugestões por escrito e que não desejam conversar conosco nem explicar os seus pontos de vista podem fazê-lo a qualquer tempo e momento até uma data que devemos especificar agora.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Até o dia 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Dia 10 é segunda-feira.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ou até o dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Sim, até o dia 11. E aqueles que quiserem apresentar suas sugestões para nós e explicá-las por qualquer razão poderiam fazê-lo no dia 12, e aí, nos dias 13 e 14, ou 15 e 16, no final de semana, nós teríamos tempo para... Eu só me preocupo um pouco em deixar os 3 dias — 11, 12 e 13 — para debates, porque talvez não tenha havido tempo para receber tudo aquilo que talvez venha, talvez não venha.



Consulto o Deputado Miguel Martini se poderia ficar assim, conforme o Relator sugere: semana que vem ouvirmos todos aqueles que pudermos para, na semana seguinte, dia 11...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Dias 11, 12 e 13 — terça, quarta e quinta. Também estou contando com a realidade do que é a rotina da Casa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - A primeira ação que, acho, deveríamos fazer, e o Relator Pepe poderia fazer também — já se dispôs a fazer —, é estender esse prazo para o dia 20.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ok. Vamos tentar negociar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu me fazia essa pergunta também. Só mais uma vez, registrando: este Plenário terá de receber o nosso trabalho. E eu não acredito que aquilo que fizemos estará livre de reparos. Portanto, teremos de entregar o que fizemos, isso será objeto de análise e debate e, após esse exame e debate, isto será incorporado. Pelo que entendi do procedimento, essa é a nossa limitação. Não basta entregar ao Relator e ele incorporar isto ao relatório. Essa é a questão técnica.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Mas a primeira estratégia nossa é dilatar esse prazo para o dia 20, mesmo que consigamos fazer antes.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Acho que, enquanto proposta de encaminhamento, podemos fazer isso. Agora, acho que deveríamos tentar fazer o nosso cronograma dia 18...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Essa é a minha proposta.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - ...e, se conseguirmos dia 20, melhor; teremos 2 dias de folga.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Estou de acordo com o cronograma da semana que vem, proposto pelo Relator. Então, na semana que vem trabalhamos. O que estou querendo dizer é que a partir da semana que vem, ou no decorrer das oitavas, etc., fatores novos surgirão e outras necessidades vão surgir inexoravelmente.

Então, primeiro, estou de acordo em que se faça na semana que vem essa concentração de trabalho, mas ao mesmo tempo estou de acordo em que se peçam...



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mais 2 dias.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - ... mais 2 dias — se conseguirmos antes, é melhor, mas não ficamos tão estrangulados assim — para poder fazer um trabalho um pouco melhor.

Finalmente, quero saber se essa é mais ou menos a tese que a Subcomissão deve encaminhar, na lógica do que imaginei, do que aqui propus. Quer dizer, aquilo que é mais urgente, mais emergencial, como conclusão, para essa CPI, nos debruçarmos e apresentarmos essa proposta agora, e deixarmos essa lei geral, naquilo que é mais importante...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - ... para uma Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - ...para uma Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Desde já, Deputado Miguel Martini, como Relator, acolho a idéia de colocar no relatório que propomos a criação de uma Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Ótimo. E, neste caso então, se já pudéssemos receber até sexta-feira a sistematização desses projetos de lei que tramitam na Casa...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Poderíamos solicitar à Secretaria, se me permite, Deputado Miguel Martini, uma cópia do Código Brasileiro de Aeronáutica e da Lei da ANAC para cada membro da Subcomissão. Também poderíamos ver a Lei de Concessões, porque de repente pode haver interfaces na Lei de Concessões, e o Código de Defesa do Consumidor. Seria bom que essas leis fossem disponibilizadas para todos os membros da Subcomissão, bem como cópia dos projetos de lei que tramitam na Câmara e no Senado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - É mais do que cópia. É até certa sistematização. Colocar assim, digamos: assunto — sei lá —, qualquer coisa aqui; profissão, controlador de voo — todas as matérias que estão versando sobre isso — ; assunto, regulamentação de “x”. Essa sistematização vai dar uma celeridade para nós aqui e uma facilidade muito grande. As pessoas têm condições de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Eu acrescentaria, ainda como sugestão, as cópias das reuniões do CONAC, desde a reunião de 2003 até as atas das últimas reuniões havidas. Parece-me que 1 ou 2 reuniões do CONAC já



aconteceram este ano ou após a chegada do Ministro Nelson Jobim. Parece que no primeiro semestre não houve nenhuma, e 2 reuniões aconteceram após a nomeação do Ministro Nelson Jobim.

Quando V.Exa. falava com relação à assessoria, eu informei que estava conosco o Dr. Eduardo, mas também está conosco o Dr. Osmar, que, em dupla — portanto, em velocidade dupla, em banda larga —, vão apoiar os trabalhos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, votação nominal no plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Então, temos de encerrar. E eu concluiria perguntando se há...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, tem que fazer os ofícios e a convocatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Então, para resumir, faremos os ofícios para comunicar a constituição formal e a composição da Subcomissão e o seu cronograma de trabalho. E consultaremos as entidades escolhidas para saber se estão dispostas ou não a enviar suas sugestões até o dia 12 de setembro, quarta-feira, podendo fazê-lo até o dia 11 por escrito ou, se quiserem, pessoalmente, ou defender seu ponto de vista junto a esta Subcomissão na quarta-feira, dia 12, em horários que serão delimitados por nós — não mais que meia hora —, para cada...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Dia 11, Presidente

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Seria possível, e aí consulto o Dr. Francisco, a assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Dia 11, então, em vez do dia 12?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Dia 11.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pode ser dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Dia 11.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - A consulta que faço é a seguinte: teria como disponibilizarmos o endereço eletrônico, para que aqueles que quisessem... Quando mandarmos isso, dizer: "Olhem, podem mandar para tal lugar



que vai chegar". Para o endereço eletrônico. Isso facilita bastante, de onde estiver. Se não for muito — acho que vai ficar meio difícil —, comunicar à OACI seria muito importante também, se pudéssemos. Aí seria através da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Além da OACI, Força Aérea Brasileira, INFRAERO, ANAC, companhias aéreas brasileiras — todas as brasileiras —, OAB, sindicatos...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Todas aquelas do requerimento

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - ...PROCON — todos os PROCONS brasileiros —, as Presidências das 2 Casas, o Ministro da Defesa e os representantes dos familiares das vítimas dos 2 acidentes. Naturalmente, se houver lembranças adicionais, que sejam comunicadas à Secretaria desta Subcomissão, que irá processar uma informação adicional.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Acho que não custa nada para nós aproveitarmos uma mídia que possa ter interesse em buscar solução: mandar também para as redações, para os principais meios de comunicação, que, se quiserem, podem nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rocha Loures) - Bem lembrado.

Peço também que a nossa assessoria envie para esta Subcomissão, até sexta-feira, 2h da tarde, a consolidação dos 15 projetos de lei que tramitam nesta Casa e os 7 projetos de lei que tramitam no Senado Federal.

Também falamos sobre a audiência com o Ministro Nelson Jobim dia 6, à tarde.

De resto, parece-me que estão bem concluídos os trabalhos.

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se amanhã, em horário a ser informado aos membros desta Comissão, com a pauta de prosseguir os trabalhos com relação às providências tomadas no dia de hoje.

Está encerrada a presente reunião.